COMPASS

Compass Gás e Energia S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....3

Balanços patrimoniais.....12

Demonstrações do resultado.....14

Demonstrações do resultado abrangente.....15

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....16

Demonstrações dos fluxos de caixa.....17

Demonstrações do valor adicionado.....19

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....20

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da

Compass Gás e Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.3, que descreve os efeitos da mudança na prática contábil adotada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás fornecido para o qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R$968.147 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela diretoria, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria de cliente; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por categoria de cliente com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2023; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos foi identificado ajuste de auditoria

indicando a necessidade de complemento de parte da receita não faturada, sendo esse ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Combinações de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua subsidiária Compass Um Participações S.A. realizaram combinações de negócios para aquisição da Commit Gás e Energia S.A. e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul. A contraprestação transferida por essas aquisições, líquida de caixa e não controladores, no consolidado, foi de R$2.378.195 mil.

O processo de contabilização da aquisição de um negócio envolve estimativas e julgamentos relevantes, como a determinação do valor justo da contraprestação transferida, identificação e mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e apuração da mais valia alocado as concessões. Devido à complexidade, julgamento e relevância dos montantes envolvidos no processo de registro contábil da aquisição, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela diretoria relativo a aquisição de negócios; ii) Obtenção e análise dos contratos celebrados e avaliação da contraprestação transferida pela aquisição do negócio; e iii) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela diretoria na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para posterior alocação do preço de aquisição, bem como a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição e revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as das empresas adquiridas. Como resultado destes procedimentos foram identificadas diferenças de auditoria que, quando materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, foram corrigidas pela diretoria. Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia, foram adequadamente incluídas na nota explicativa 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos apropriadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás

Conforme divulgado nas notas explicativas 8.1 e 8.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível de direito de concessão e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R$11.614.163 mil e R$1.110.335 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da diretoria.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8.1 e 8.2, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O

Stela de Aguiar Cerqueira

Contadora CRC SP-258643/O

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	265.994	1.412.862	3.403.635	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.035	469.475	578.358	1.876.006
Contas a receber de clientes	5.3	-	-	1.908.388	1.411.923
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	352.568	70.619
Estoques		-	-	133.881	129.554
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	21.130	15.310	6.558	4.766
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		14.039	23.733	50.198	33.360
Outros tributos a recuperar	6	-	7.590	769.197	245.599
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	42.773	25	101.027	-
Ativos setoriais	10	-	-	148.955	489.601
Outros ativos		166	642	110.606	57.184
Ativo circulante		**345.137**	**1.929.637**	**7.563.371**	**7.880.970**
Caixa restrito	5.2	-	-	4.100	-
Contas a receber de clientes	5.3	-	-	22.817	15.797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	38.937	25.892	482.296	253.109
Ativos setoriais	10	-	-	193.378	68.709
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		45.330	-	125.164	58.127
Outros tributos a recuperar	6	-	-	212.281	989.159
Depósitos judiciais	12	-	-	55.382	62.362
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	39.295	287.837
Outros ativos		-	138	18.708	8.205
Investimentos em controladas e coligadas	7	6.686.237	4.408.250	2.525.292	-
Ativos de contrato	8.2	-	-	1.110.335	684.970
Direito de uso		12.312	12.321	83.059	73.220
Imobilizado	8.3	5.947	6.656	671.573	271.490
Intangível	8.1	1.479	422	12.015.135	9.328.654
Ativo não circulante		**6.790.242**	**4.453.679**	**17.558.815**	**12.101.639**
Total do ativo		**7.135.379**	**6.383.316**	**25.122.186**	**19.982.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.131	-	1.685.123	2.288.960
Arrendamentos		2.635	2.322	13.195	4.995
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	485	317.699
Fornecedores	5.6	1.994	1.265	1.842.810	1.798.977
Ordenados e salários a pagar		57.460	10.682	193.585	104.404
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	7.931	2.566	137.092	15.593
Outros tributos a pagar		5.224	6.318	264.391	255.189
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13	42.611	-	72.863	2.035
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	1.751	2.515	14.764	12.204
Outros passivos financeiros	5.9 c)	-	-	72.579	91.933
Passivos setoriais	10	-	-	67.419	85.866
Outras contas a pagar		6.472	2.705	218.239	95.639
Passivo circulante		**127.209**	**28.373**	**4.582.545**	**5.073.494**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	398.485	-	6.593.716	5.379.027
Arrendamentos		10.361	10.296	63.411	58.757
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	399.866	40.233
Outros tributos a pagar		-	-	4.766	5.070
Provisão para demandas judiciais	12	-	-	87.747	84.901
Receita diferida		77.981	-	592.601	-
Obrigações de benefício pós-emprego	19	-	-	448.157	470.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	2.161.191	1.211.072
Passivos setoriais	10	-	-	1.549.197	1.286.417
Outras contas a pagar		80	-	32.205	-
Passivo não circulante		**486.907**	**10.296**	**11.932.857**	**8.536.002**
Total do passivo		**614.116**	**38.669**	**16.515.402**	**13.609.496**
Patrimônio líquido	13				
Capital social		2.272.500	2.272.500	2.272.500	2.272.500
Reserva de capital		2.872.050	2.886.216	2.872.050	2.886.216
Outros componentes do patrimônio líquido		152.761	127.919	152.761	127.919
Reservas de lucros		1.223.952	1.058.012	1.223.952	1.058.012
		6.521.263	**6.344.647**	**6.521.263**	**6.344.647**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.521.263	6.344.647	6.521.263	6.344.647
Acionistas não controladores	7.3	-	-	2.085.521	28.466
Total do patrimônio líquido		**6.521.263**	**6.344.647**	**8.606.784**	**6.373.113**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.135.379**	**6.383.316**	**25.122.186**	**19.982.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

(Em milhares de Reais – R$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	-	-	20.133.787	12.330.209
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16	-	-	(16.561.153)	(9.755.425)
Resultado bruto		**-**	**-**	**3.572.634**	**2.574.784**
Despesas de vendas	16	-	-	(163.256)	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	16	(136.963)	(43.595)	(781.731)	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	659	(83)	(91.905)	25.569
Despesas operacionais		**(136.304)**	**(43.678)**	**(1.036.892)**	**(601.892)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e dos impostos		**(136.304)**	**(43.678)**	**2.535.742**	**1.972.892**
Resultado de equivalência patrimonial	**7**	**1.857.711**	**1.711.932**	**147.878**	**-**
Despesas financeiras		(74.698)	(7.223)	(1.291.850)	(900.783)
Receitas financeiras		196.053	49.908	898.099	703.204
Variação cambial líquida		82	8	102.655	(60.953)
Derivativos		-	-	(86.041)	(31.084)
Resultado financeiro líquido	**18**	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.842.844**	**1.710.947**	**2.306.483**	**1.683.276**
Corrente		(7.248)	-	(723.405)	(151.823)
Diferido		13.044	14.164	394.220	211.183
Imposto de renda e contribuição social	**11**	**5.796**	**14.164**	**(329.185)**	**59.360**
Resultado líquido do exercício		**1.848.640**	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.848.640	1.725.111	1.848.640	1.725.111
Acionistas não controladores		-	-	128.658	17.525
		1.848.640	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
Resultado básico por ação - em Reais:	**14**				
Ordinárias				R$2,58844	R$2,63141
Preferenciais				R$2,58844	R$2,63141
Resultado diluído por ação - em Reais:	**14**				
Ordinárias				R$2,58602	R$2,62198
Preferenciais				R$2,58602	R$2,62198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
(Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Resultado líquido do exercício	**1.848.640**	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	24.842	72.121	37.965	110.222
Tributos diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	(12.907)	(37.476)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	**24.842**	**72.121**	**25.058**	**72.746**
Resultado abrangente total	**1.873.482**	**1.797.232**	**2.002.356**	**1.815.382**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.873.482	1.797.232	1.873.482	1.797.232
Acionistas não controladores	-	-	128.874	18.150
	1.873.482	**1.797.232**	**2.002.356**	**1.815.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais - R$)

				Reservas de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**2.272.500**	**2.886.216**	**127.919**	**46.563**	**1.011.449**	**-**	**6.344.647**	**28.466**	**6.373.113**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.848.640	1.848.640	128.658	1.977.298
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	-	-	24.842	-	-	-	24.842	216	25.058
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**-**	**-**	**24.842**	**-**	**-**	**1.848.640**	**1.873.482**	**128.874**	**2.002.356**
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	(1.022)	-	-	-	-	(1.022)	1.022	-
Combinações de negócios (nota 7.2)	-	-	-	-	-	-	-	2.924.376	2.924.376
Aquisição de não controladores (nota 7.3)	-	-	-	-	-	-	-	(888.649)	(888.649)
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 13)	-	-	-	-	(79.803)	(1.602.897)	(1.682.700)	(107.433)	(1.790.133)
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	-	-	-	-	245.743	(245.743)	-	-	-
Ações outorgadas reconhecidas	-	2.319	-	-	-	-	2.319	(1.000)	1.319
Transações com pagamento baseado em ações (nota 20)	-	(15.463)	-	-	-	-	(15.463)	(135)	(15.598)
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	**-**	**(14.166)**	**-**	**-**	**165.940**	**(1.848.640)**	**(1.696.866)**	**1.928.181**	**231.315**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.272.500**	**2.872.050**	**152.761**	**46.563**	**1.177.389**	**-**	**6.521.263**	**2.085.521**	**8.606.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

				Reservas de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**628.488**	**2.311.508**	**55.798**	**46.563**	**278.838**	**-**	**3.321.195**	**24.729**	**3.345.924**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.725.111	1.725.111	17.525	1.742.636
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	-	-	72.121	-	-	-	72.121	625	72.746
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**-**	**-**	**72.121**	**-**	**-**	**1.725.111**	**1.797.232**	**18.150**	**1.815.382**
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	(889)	-	-	-	-	(889)	889	-
Transações com pagamento baseado em ações	-	(30.075)	-	-	-	-	(30.075)	(261)	(30.336)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(992.500)	(992.500)	(15.073)	(1.007.573)
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	-	-	-	-	732.611	(732.611)	-	-	-
Ações outorgadas reconhecidas	-	(332)	-	-	-	-	(332)	32	(300)
Aumento de capital acionistas Compass	1.644.012	606.004	-	-	-	-	2.250.016	-	2.250.016
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	**1.644.012**	**574.708**	**-**	**-**	**732.611**	**(1.725.111)**	**1.226.220**	**(14.413)**	**1.211.807**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.272.500**	**2.886.216**	**127.919**	**46.563**	**1.011.449**	**-**	**6.344.647**	**28.466**	**6.373.113**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.842.844	1.710.947	2.306.483	1.683.276
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	16	3.156	1.756	776.248	559.994
Equivalência patrimonial em associadas	7	(1.857.711)	(1.711.932)	(147.878)	-
Resultado nas alienações de imobilizado e intangível	17	-	-	51.724	21.083
Transações com pagamento baseado em ações	20	25.117	(1.948)	28.478	1.933
Provisão para demandas judiciais	17	-	-	11.035	9.691
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		24.078	(8.304)	808.597	409.075
Provisão de bônus e participação no resultado		19.834	5.824	83.877	66.689
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	-	-	16.861	(1.792)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	10	-	-	339.854	246.101
Créditos fiscais extemporâneos	6	-	-	-	(563.175)
Perda (reversão) nas operações de derivativos de energia		-	-	(248.123)	58.701
Outros		-	-	8.360	(1.198)
		57.318	**(3.657)**	**4.035.516**	**2.490.378**
Variação em:					
Contas a receber de clientes		-	-	(248.081)	(286.246)
Estoques		-	-	(3.106)	(7.293)
Outros tributos a recuperar		(14.482)	(6.590)	383.690	5.455
Imposto de renda e contribuição social		(34.051)	(26.321)	(608.419)	(429.997)
Partes relacionadas, líquidas		(6.584)	(16.043)	(588)	(8.994)
Fornecedores e outros passivos financeiros		1.221	(4.389)	(213.287)	502.957
Ordenados e salários a pagar		1.827	(2.997)	(34.367)	(47.874)
Receita diferida		77.981	-	592.601	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(65.929)	-
Obrigação de benefício pós-emprego		-	-	(25.963)	(24.683)
Outros ativos e passivos, líquidos		3.534	1.124	114.538	(22.646)
		29.446	**(55.216)**	**(108.911)**	**(319.321)**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**86.764**	**(58.873)**	**3.926.605**	**2.171.057**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	7.1	(258.000)	(1.355.000)	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	7.2	(1.629.688)	-	(2.378.195)	-
Títulos e valores mobiliários		518.381	(295.967)	1.434.994	(633.983)
Dividendos e juros sobre capital recebidos de subsidiárias e coligadas	13	1.884.192	1.630.550	144.488	-
Adições ao imobilizado, intangível, ativos de contrato		(1.499)	(6.347)	(1.659.202)	(1.269.886)
Caixa líquido na alienação de investimentos	1.6	-	-	728.542	-
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes		-	-	8.319	438
Caixa restrito		-	-	(4.100)	-
Outros ativos financeiros		-	-	(24.953)	-
Outros		-	-	-	(322)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**513.386**	**(26.764)**	**(1.750.107)**	**(1.903.753)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	398.106	-	2.944.147	2.251.559
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-	-	(2.275.698)	(1.768.394)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(52.111)	-	(523.774)	(419.092)
Amortização de principal sobre arrendamentos		(1.637)	(890)	(10.891)	(2.835)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(1.059)	(694)	(5.375)	(1.556)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(294.300)	(6.233)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		-	-	19.882	124.247
Instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		-	-	4.293	-
Subscrição de acionistas não controladores		-	2.250.016	-	2.250.016
Aquisição de acionistas não controladores	7.2	(468.070)	-	(468.070)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	13	(1.622.247)	(982.752)	(1.709.838)	(1.001.855)
Pagamento de remuneração baseada em ações	20	-	-	(15.597)	(30.336)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(1.747.018)**	**1.265.680**	**(2.335.221)**	**1.395.521**
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**(1.146.868)**	**1.180.043**	**(158.723)**	**1.662.825**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.412.862**	**232.819**	**3.562.358**	**1.899.533**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**265.994**	**1.412.862**	**3.403.635**	**3.562.358**
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		(7.408)	(11.743)	(154.221)	(472.389)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais - R$)

Transações que não envolveram caixa em 31 de dezembro de 2022

- Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestre de 2022 de imposto de renda e contribuição social, bem como para pagamentos mensais de PIS/COFINS, no valor total de R$ 928.465.
- Foram utilizados créditos tributários de ICMS cedidos pelos clientes, para abatimento de faturas de gás no montante de R$ 123.518 (R$ 86.555 em 31 de dezembro de 2021).
- Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 18.321 (R$ 47.772 em 31 de dezembro de 2021), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.
- Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 61.653 (R$ 148.073 em 31 de dezembro de 2021) notas 8.1 e 8.2.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Receitas de distribuição de gás e comercialização de energia		-	-	23.649.430	14.231.592
Receitas na prestação de serviços	15	-	-	440.582	268.554
Receita de construção	15	-	-	1.217.818	1.020.176
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(84)	(94.777)	267.505
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	-	-	(16.861)	1.792
		-	**(84)**	**25.196.192**	**15.789.619**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo do gás, transporte e compra de energia		-	-	(18.219.557)	(10.502.127)
Custo dos serviços prestados		-	-	(37.596)	(36.599)
Custo de construção	16	-	-	(1.217.818)	(1.020.176)
Materiais, serviços e outras despesas		(33.666)	(17.612)	(388.626)	(262.045)
		(33.666)	**(17.612)**	**(19.863.597)**	**(11.820.947)**
Valor adicionado bruto		**(33.666)**	**(17.696)**	**5.332.595**	**3.968.672**
Retenções					
Depreciação e amortização	16	(3.156)	(1.756)	(776.248)	(559.994)
		(3.156)	**(1.756)**	**(776.248)**	**(559.994)**
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**(36.822)**	**(19.452)**	**4.556.347**	**3.408.678**
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em associadas	7	1.857.711	1.711.932	147.878	-
Receitas financeiras	18	196.058	49.908	885.653	478.680
		2.053.769	**1.761.840**	**1.033.531**	**478.680**
Valor adicionado total a distribuir		**2.016.947**	**1.742.388**	**5.589.878**	**3.887.358**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		63.183	22.991	240.471	115.936
Benefícios		4.413	-	71.226	55.195
FGTS / Outros		16.347	-	41.620	34.570
		83.943	**22.991**	**353.317**	**205.701**
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(6.443)	(12.937)	839.494	390.569
Estaduais		-	-	1.107.692	707.136
Municipais		12.088	-	45.172	54.256
		5.645	**(12.937)**	**1.992.358**	**1.151.961**
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros		74.615	7.223	1.155.900	637.263
Aluguéis e arrendamentos		4.104	-	31.845	21.110
Outros		-	-	79.160	128.687
		78.719	**7.223**	**1.266.905**	**787.060**
Participação dos acionistas não-controladores	7.2	-	-	128.658	17.525
Dividendos propostos	13	1.682.700	992.500	1.790.133	1.007.573
Lucros retidos		165.940	732.611	58.507	717.538
		1.848.640	**1.725.111**	**1.977.298**	**1.742.636**
		2.016.947	**1.742.388**	**5.589.878**	**3.887.358**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Compass Gás e Energia S.A. (“Compass Gás e Energia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (“B3”). A Companhia é controlada pela Cosan Dez Participações S.A. (“Cosan Dez”) que no dia 23 de dezembro de 2022 passou a deter, nesta data, a totalidade de ações ordinárias de emissão da Compass, representativas de 88% do capital social que por sua vez é controlada direta da Cosan. S.A. que detém 76,80% de participação na Cosan Dez. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A.

A Companhia e suas subsidiárias têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

1.1 Aquisição do controle da Sulgás pela Companhia

Em 03 de janeiro de 2022, a subsidiária Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”), concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”) pelo montante de R$ 945.980 obtendo consequentemente a assunção do controle da concessionária. Para maiores detalhes, vide nota 7.2.

1.2 Impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, houve uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. O ataque militar em curso levou, e continua a levar, a baixas significativas, deslocamento da população, danos à infraestrutura e interrupção da atividade econômica na Ucrânia.

Em resposta, várias jurisdições, incluindo a União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos da América impuseram sanções iniciais econômicas à Rússia (e, em certos casos, à Bielorrússia). Além da imposição de sanções, um número crescente de grandes empresas públicas e privadas anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com a Rússia e a Bielorrússia. Essas ações incluem planos para alienar ativos ou descontinuar operações na Rússia/Bielorrússia, restringir exportações ou importações desses países e descontinuar a prestação de serviços.

Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. O conflito na Ucrânia promoveu um desbalanço da oferta e demanda de uma série de produtos e serviços, além da pressão nas expectativas globais quanto ao crescimento econômico mundial oriunda desse cenário de incerteza. A Companhia e suas controladas têm monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo e gás natural, flutuação do câmbio e juros.

1.3 Aquisição de crédito fiscal por meio da subsidiária Comgás

A subsidiária Comgás firmou dois contratos de compra de créditos de ICMS com a parte relacionada Rumo Malha Paulista S.A, em condições normais de mercado, com deságio de 10% do valor de face. O primeiro contrato, no valor de R$ 99.395, foi aprovado pela Secretária do Estado de São Paulo – SEFAZ, em 30 de novembro de 2021, estabelecendo a transferência em 13 parcelas, sendo a 1ª de R$ 9.395 e as demais de R$ 7.500 cada. Em 2022 foram transferidas 12 parcelas e a última, no valor de R$ 7.500, transferida em janeiro de 2023. O segundo contrato, no valor de R$29.152, foi aprovado pela SEFAZ em 06 de julho de 2022, estabelecendo a transferência em 2 parcelas, sendo que ambas foram integralmente recebidas pela Comgás em 2022.

Assim, do total de créditos de ICMS transacionados, R$ 128.547, em 2022 foram transferidos R$ 121.047, pelos quais a Comgás pagou R$ 108.942 gerando um ganho de R$ 12.105, reconhecido na linha de receita financeira com partes relacionadas (nota explicativa 5.4.b).

1.4 Aquisição do controle da Commit pela Companhia

Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”) pelo montante de R$ 2.097.758 obtendo consequentemente a assunção do controle. E em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. (“Commit”). Para maiores detalhes, vide nota 7.2.

1.5 Cessão de Contratos de Compra e Venda

Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a à WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A.. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022, mediante ao pagamento de R$ 1.032.

1.6 Venda de distribuidoras

As distribuidoras que estavam classificadas como ativo disponível para venda na data de aquisição da Commit, foram vendidas para os acionistas que detinham o direito de preferência, conforme abaixo:

Em 21 de julho de 2022, o Estado da Paraíba exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da PBGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 47.251.

Em 21 de julho de 2022, a Termogás S.A. (“Termogás”) exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 24% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 561.

Em 22 de julho de 2022, o Estado de Alagoas exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Algás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 27.067. A Commit, após essa operação, manteve 29,44% de participação na Algás.

Em 25 de julho de 2022, o Estado da Bahia exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 41,5% da BahiaGás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 574.778.

Em 26 de julho de 2022, o Estado do Ceará exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 12,06% da Cegás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 76.399. A Commit, após essa operação, manteve 29,44 de participação na Cegás.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia Energética de Brasília (“CEB”) exerceu direito de preferência para aquisição da participação acionária de 8% da Cebgás detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento, à vista, do montante de R$ 187.

Em 8 de novembro de 2022 a Commit realizou a venda de sua participação minoritária em quatro distribuidoras de gás natural não operacionais para Termogás S.A., sendo: 37,25% da Companhia de Gás do Amapá (“Gasap”), 22,11% da Companhia de Gás do Piauí (“Gaspisa”), 41,5% da Companhia Rondoniense de Gás (“Rongás”) e 30,46% da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. (“GoiasGás”). Como consequência dessas transações, a subsidiária Commit recebeu o montante total de R$ 1.862.

Em 21 de dezembro de 2022, o Estado do Piauí exerceu o direito de preferência para aquisição da participação acionária remanescente de 15,14% da Gaspisa detida pela Commit. A conclusão da venda ocorreu mediante o pagamento do montante de R$ 437.

Por fim, para o ano de 2022, o montante total recebido pela venda da participação das distribuidoras não controladas foi de R$ 728.542.

As vendas das unidades seguiram todos os ritos, procedimentos e aprovações perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessa informação financeira.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28 de fevereiro de 2023.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5.3** – Contas a receber de clientes
- **Nota 5.8** – Mensuração de valor justo reconhecidas
- **Nota 7.2 -** Aquisição de subsidiárias
- **Nota 8** – Intangível
- **Nota 9** - Compromissos
- **Nota 10** - Ativos e passivos financeiros setoriais
- **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 12** - Provisões para demandas e depósitos judiciais
- **Nota 19** – Obrigações de benefício pós-emprego
- **Nota 20** - Pagamentos baseados em ações

3.3 Reclassificação na demonstração do resultado consolidado

A Companhia aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01 / IFRIC 12 e CPC 04 / IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da essência da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas.

O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas para custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado		
	31/12/2021 (Originalmente apresentado)	**Reclassificação**	**31/12/2021 (Reapresentado)**
Receita operacional líquida	12.330.209	-	12.330.209
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.200.224)	(555.201)	(9.755.425)
Resultado bruto	**3.129.985**	**(555.201)**	**2.574.784**
Despesas de vendas	(125.412)	-	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(1.057.250)	555.201	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25.569	-	25.569
Resultado operacional	**(1.157.093)**	**555.201**	**(601.892)**
Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	**1.972.892**	**-**	**1.972.892**
Resultado financeiro líquido	**(289.616)**		**(289.616)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**1.683.276**	**-**	**1.683.276**
Imposto de renda e contribuição social	**59.360**		**59.360**
Resultado líquido do exercício	**1.742.636**	**-**	**1.742.636**

Essa reclassificação também foi refletida na informação por segmento, conforme detalhado na nota 4.

4 Informações por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Compass Gás e Energia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização ("EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*").

Segmentos reportados

- Distribuição de Gás: refere-se, principalmente, as distribuidoras de gás natural canalizado que a Companhia tem controle ou participação. As regiões de atuação são no Sudeste, Sul e Nordeste do país e atendem clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

- Todos outros segmentos: (i) comercialização gás e energia elétrica, sendo a compra e a venda de gás a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), Rota 4 Participações S.A. ("Rota 4") e Edge – Empresa de Geração de Energia S.A. ("Edge") e; (iii) demais entidades jurídicas não operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022			
	Segmentos	Reconciliação		Consolidado
	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminações	
Receita operacional bruta	25.098.012	263.537	-	25.361.549
Receita operacional líquida	19.895.242	238.545	-	20.133.787
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(16.328.436)	(260.889)	28.172	(16.561.153)
Resultado bruto	**3.566.806**	**(22.344)**	**28.172**	**3.572.634**
Despesas de vendas	(163.256)	-	-	(163.256)
Despesas gerais e administrativas	(614.226)	(167.505)	-	(781.731)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(83.213)	(8.692)	-	(91.905)
Equivalência patrimonial	147.879	1.827.826	(1.827.827)	147.878
Resultado financeiro líquido	**(547.985)**	**170.848**	**-**	**(377.137)**
Despesas financeiras	(1.102.821)	(189.029)	-	(1.291.850)
Receitas financeiras	556.822	341.277	-	898.099
Variação cambial líquida	108.227	(5.572)	-	102.655
Derivativos	(110.213)	24.172	-	(86.041)
Imposto de renda e contribuição social	(339.574)	10.389	-	(329.185)
Resultado líquido do exercício	**1.966.431**	**1.810.522**	**(1.799.655)**	**1.977.298**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	1.966.431	1.810.522	(1.928.313)	1.848.640
Acionistas não controladores	-	-	128.658	128.658
	1.966.431	**1.810.522**	**(1.799.655)**	**1.977.298**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	800.636	3.784	(28.172)	776.248
EBITDA	3.654.626	1.633.068	(1.827.826)	3.459.868
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	(1.271.149)	(388.053)	-	(1.659.202)
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	1.966.431	1.810.522	(1.799.655)	1.977.298
Imposto de renda e contribuição social	339.574	(10.389)	-	329.185
Resultado financeiro líquido	547.985	(170.848)	-	377.137
Depreciação e amortização	800.636	3.783	(28.171)	776.248
EBITDA	**3.654.626**	**1.633.068**	**(1.827.826)**	**3.459.868**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021 (Reapresentado)			
	Segmentos	Reconciliação		
	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	15.025.438	686.501	-	15.711.939
Receita operacional líquida	11.709.713	620.496	-	12.330.209
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.751.653)	(1.003.772)	-	(9.755.425)
Resultado bruto	**2.958.060**	**(383.276)**	**-**	**2.574.784**
Despesas de vendas	(125.412)	-	-	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(401.818)	(100.231)	-	(502.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.585	(1.016)	-	25.569
Equivalência patrimonial	-	1.711.932	(1.711.932)	-
Resultado financeiro líquido	**(305.063)**	**15.447**	**-**	**(289.616)**
Despesas financeiras	(868.271)	(32.512)	-	(900.783)
Receitas financeiras	624.096	79.108	-	703.204
Variação cambial líquida	(60.888)	(65)	-	(60.953)
Derivativos	-	(31.084)	-	(31.084)
Imposto de renda e contribuição social	(113.696)	173.056	-	59.360
Resultado líquido do exercício	**2.038.656**	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	2.038.656	1.415.912	(1.729.457)	1.725.111
Acionistas não controladores	-	-	17.525	17.525
	2.038.656	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	558.010	1.984	-	559.994
EBITDA	3.015.425	1.229.392	(1.711.932)	2.532.885
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	1.027.003	249.688	-	1.276.691
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	2.038.656	1.415.912	(1.711.932)	1.742.636
Imposto de renda e contribuição social	113.696	(173.056)	-	(59.360)
Resultado financeiro líquido	305.063	(15.447)	-	289.616
Depreciação e amortização	558.010	1.984	-	559.994
EBITDA	**3.015.425**	**1.229.392**	**(1.711.932)**	**2.532.885**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

				31/12/2022
Itens do balanço patrimonial	**Distribuição de gás**	**Todos outros segmentos**	**Eliminação entre segmentos**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	2.478.458	925.177	-	3.403.635
Títulos e valores mobiliários	569.296	9.062	-	578.358
Contas a receber de clientes	1.887.767	20.621	-	1.908.388
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	47.103	-	391.863
Estoques	133.881	-	-	133.881
Impostos a recuperar	995.453	152.970	8.417	1.156.840
Ativos setoriais	342.333	-	-	342.333
Outros ativos financeiros	2.295	-	-	2.295
Outros ativos circulantes	199.824	82.000	(63.633)	218.191
Outros ativos não circulantes	375.238	288.828	1	664.067
Investimentos em associadas	2.487.195	5.273.603	(5.235.506)	2.525.292
Ativos de contratos com clientes	1.110.335	-	-	1.110.335
Imobilizado	147	671.426	-	671.573
Intangível	13.108.419	108.726	(1.202.010)	12.015.135
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.054.357)	(1.224.482)	-	(8.278.839)
Instrumentos financeiros derivativos	(399.866)	(485)	-	(400.351)
Fornecedores	(1.784.176)	(58.634)	-	(1.842.810)
Ordenados e salários a pagar	(127.412)	(66.173)	-	(193.585)
Receita diferida	-	(592.601)	-	(592.601)
Outras contas a pagar circulantes	(797.358)	(81.632)	99.062	(779.928)
Arrendamentos	(54.707)	(21.899)	-	(76.606)
Passivos setoriais	(1.616.616)	-	-	(1.616.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.569.310)	(564)	408.683	(2.161.191)
Passivo atuarial	(448.157)	-	-	(448.157)
Outras contas a pagar não circulantes	(124.638)	(81)	-	(124.719)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**9.058.804**	**5.532.965**	**(5.984.986)**	**8.606.783**
Ativo total	**24.035.401**	**7.579.516**	**(6.492.731)**	**25.122.186**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	9.058.804	5.532.965	(8.070.507)	6.521.262
Acionistas não controladores	-	-	2.085.521	2.085.521
Total do patrimônio líquido	**9.058.804**	**5.532.965**	**(5.984.986)**	**8.606.783**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

				31/12/2021
Itens do balanço patrimonial	**Distribuição de gás**	**Todos outros segmentos**	**Eliminação entre segmentos**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	891.650	2.670.708	-	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	848.539	-	1.876.006
Contas a receber de clientes	1.375.260	36.663	-	1.411.923
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	70.619	-	358.456
Estoques	129.554	-	-	129.554
Impostos a recuperar	1.224.150	102.095	-	1.326.245
Ativos setoriais	558.310	-	-	558.310
Outros ativos circulantes	58.338	3.610	-	61.948
Outros ativos não circulantes	143.346	285.672	(16.324)	412.694
Investimentos em associadas	-	4.408.276	(4.408.276)	-
Ativos de contratos com clientes	684.970	-	-	684.970
Imobilizado	-	271.490	-	271.490
Intangível	9.233.161	95.493	-	9.328.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.950.336)	(717.651)	-	(7.667.987)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(357.932)	-	(357.932)
Fornecedores	(1.669.767)	(129.210)	-	(1.798.977)
Ordenados e salários a pagar	(87.517)	(16.887)	-	(104.404)
Outras contas a pagar circulantes	(404.006)	(84.910)	16.324	(472.592)
Arrendamentos	(47.268)	(16.484)	-	(63.752)
Passivos setoriais	(1.372.283)	-	-	(1.372.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.211.072)	-	-	(1.211.072)
Passivo atuarial	(470.525)	-	-	(470.525)
Outras contas a pagar não circulantes	(89.971)	-	-	(89.971)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	**3.311.298**	**7.470.091**	**(4.408.276)**	**6.373.113**
Ativo total	**15.614.043**	**8.793.165**	**(4.424.600)**	**19.982.608**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	3.311.298	7.470.091	(4.436.742)	6.344.647
Acionistas não controladores	-	-	28.466	28.466
Total do patrimônio líquido	**3.311.298**	**7.470.091**	**(4.408.276)**	**6.373.113**

4.1 Receita operacional líquida por categoria de cliente

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Distribuição de gás natural		
Industrial	13.460.397	7.386.257
Residencial	2.103.985	1.610.286
Cogeração	970.207	637.489
Automotivo	958.363	364.664
Comercial	776.042	448.615
Termogeração	9.656	-
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Outros	398.774	242.226
	19.895.242	**11.709.713**
Comercialização de energia elétrica	238.545	620.496
Total	**20.133.787**	**12.330.209**

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outras categorias.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiras foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	264.908	1.057.806	3.092.439	2.797.611
Contas a receber de clientes	5.3	-	-	1.931.205	1.427.720
Caixa restrito	5.2	-	-	4.100	-
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	21.130	15.310	6.558	4.766
Ativos setoriais	10	-	-	342.333	558.310
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	42.773	25	101.027	-
		328.811	**1.073.141**	**5.477.662**	**4.788.407**
Valor justos por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.086	355.056	311.196	764.747
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.035	469.475	578.358	1.876.006
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	391.863	358.456
		2.121	**824.531**	**1.281.417**	**2.999.209**
Total		**330.932**	**1.897.672**	**6.759.079**	**7.787.616**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(399.616)	-	(1.670.370)	(4.033.097)
Arrendamentos		(12.996)	(12.618)	(76.606)	(63.752)
Fornecedores	5.6	(1.994)	(1.265)	(1.842.810)	(1.798.977)
Outros passivos financeiros		-	-	(72.579)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13	(42.611)	-	(72.863)	(2.035)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(1.751)	(2.515)	(14.764)	(12.204)
Passivos setoriais	10	-	-	(1.616.616)	(1.372.283)
Parcelamento de débitos tributários		-	-	(5.549)	(5.786)
		(458.968)	**(16.398)**	**(5.372.157)**	**(7.380.067)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-	-	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	-	-	(400.351)	(357.932)
		-	**-**	**(7.008.820)**	**(3.992.822)**
Total		**(458.968)**	**(16.398)**	**(12.380.977)**	**(11.372.889)**

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Bancos conta movimento	22	31	131.802	997.173
Aplicações financeiras	265.972	1.412.831	3.271.833	2.565.185
Total	**265.994**	**1.412.862**	**3.403.635**	**3.562.358**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	1.086	355.056	311.196	764.747
Total aplicações em fundos de investimento	**1.086**	**355.056**	**311.196**	**764.747**
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	20.691	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	264.886	1.057.775	2.939.946	1.800.438
Total aplicações em bancos	**264.886**	**1.057.775**	**2.960.637**	**1.800.438**
Total aplicações financeiras	**265.972**	**1.412.831**	**3.271.833**	**2.565.185**

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários (“CDB”) são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras são rentabilizadas a taxas de retorno de 100% do certificado de CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Veja a nota 5.9 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros.

5.2 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, e pode ser resgatado prontamente e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos	1.035	469.475	578.358	1.876.006
	1.035	469.475	**578.358**	1.876.006
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	-	-	4.100	-
	-	-	**4.100**	-

Possuem taxa de juros atrelada SELIC com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

5.3 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Contas de gás a receber	1.052.703	491.818
Operações de energia elétrica	20.621	36.663
Receita não faturada [(i)]	968.147	975.588
Outros	13.828	17.075
	2.055.299	**1.521.144**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(124.094)	(93.424)
	(124.094)	**(93.424)**
Total	**1.931.205**	**1.427.720**
Circulante	1.908.388	1.411.923
Não circulante	22.817	15.797
	1.931.205	**1.427.720**

(i) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
A vencer	1.854.522	1.392.006
Vencidas:		
Até 30 dias	68.111	27.375
De 31 a 60 dias	13.468	8.150
De 61 a 90 dias	7.322	3.958
Mais de 90 dias	111.876	89.655
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(124.094)	(93.424)
	1.931.205	**1.427.720**

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**(112.281)**
Adições / reversões	1.792
Baixas	17.065
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(93.424)**
Adições / reversões	(16.861)
Baixas	18.114
Combinação de negócios	(31.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(124.094)**

5.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas [(i)]	186	176	4.390	2.697
Cosan S.A. [(ii)]	1.299	1.299	1.370	1.299
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	490	3.814	-	-
Commit Gás e Energia S.A.	8.070	-	-	-
Compass Um Participações S.A. [(iii)]	8.664	9.788	-	-
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. "Sulgás"	1.737	-	-	-
Outros	684	233	798	770
	21.130	**15.310**	**6.558**	**4.766**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas [(i)]	502	72	13.421	10.040
Cosan S.A. [(ii)]	996	2.164	996	2.164
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	-	258	-	-
Outros	253	21	347	-
	1.751	**2.515**	**14.764**	**12.204**

i) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.

ii) Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia.

iii) Reembolso de custos referente a aquisição da Sulgás.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	-	-	28.006	21.428
Elevações Portuárias S.A.	-	-	689	439
	-	**-**	**28.695**	**21.867**
Custo operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	-	-	(33.242)	(29.509)
	-	**-**	**(33.242)**	**(29.509)**
Despesas compartilhadas				
Raízen S.A. e suas controladas	1.216	1.274	(27.781)	(40.570)
Cosan S.A.	(6.001)	(3.597)	(6.001)	(3.596)
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. "Sulgás"	3.476	-	-	-
Commit Gás e Energia S.A.	8.100	-	-	-
Outros	-	(46)	-	-
	6.791	**(2.369)**	**(33.782)**	**(44.166)**
Resultado financeiro				
Rumo Malha Paulista S.A.	-	-	12.105	-
	-	**-**	**12.105**	**-**

c) Remuneração da administração

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefícios pós-emprego e remuneração baseada em ações. Apresentamos a seguir o saldo de remuneração em 31 dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	22.623	9.604	60.483	35.269
Benefícios pós-emprego	498	125	1.345	605
Bônus de longo prazo a administradores	17.960	-	24.883	4.370
Transações com remuneração baseadas em ações	50	1.793	1.691	7.734
	41.131	**11.522**	**88.402**	**47.978**

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado			
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros [(i)]	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Objetivo
Com garantia								
BNDES								
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	10,40%	-	-	131.885	154.843	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	9,50%	-	-	1.653.501	945.663	jun-34	Investimentos
Projeto I	IPCA + 4,10%	11,60%	-	-	73.717	-	jan-30	Investimentos
Projeto IX	IPCA + 5,74%	12,14%	-	-	544.925	-	dez-36	Investimentos
			-	**-**	**2.404.028**	**1.100.506**		
Sem garantia								
Resolução 4131								
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	-	-	395.285	438.823	mai-23	Capital de giro
Scotiabank 2020	USD + 1,36%	1,36%	-	-	377.705	414.378	fev-24	Capital de giro
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	2,13%	-	-	1.000.957	-	fev-25	Capital de giro
Debêntures								
1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	15,30%	399.616	-	399.616	-	dez-26	Investimentos
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	13,65%	-	-	-	165.478	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	13,86%	-	-	114.014	108.451	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	12,28%	-	-	907.366	873.474	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	10,64%	-	-	523.837	501.278	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,36%	-	-	372.171	352.235	mai-28	Capital de giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	12,21%	-	-	-	2.033.161	out-22	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	11,59%	-	-	491.153	484.974	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	11,26%	-	-	467.841	477.578	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	15,87%	-	-	824.866	717.651	ago-24	Investimentos
			399.616	**-**	**5.874.811**	**6.567.481**		
Total			**399.616**	**-**	**8.278.839**	**7.667.987**		
Circulante			**1.131**	**-**	**1.685.123**	**2.288.960**		
Não circulante			**398.485**	**-**	**6.593.716**	**5.379.027**		
			399.616	**-**	**8.278.839**	**7.667.987**		

(i) Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 5.7.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	-	-	1.798.401	1.464.840
25 a 36 meses	-	-	1.227.708	1.744.513
37 a 48 meses	398.485	-	754.560	135.491
49 a 60 meses	-	-	356.075	215.980
61 a 72 meses	-	-	356.120	215.980
73 a 84 meses	-	-	402.829	216.025
85 a 96 meses	-	-	383.799	261.191
Acima de 96 meses	-	-	1.314.224	1.125.007
	398.485	**-**	**6.593.716**	**5.379.027**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Reais (R$)	399.616	-	6.504.892	6.814.786
Dólar (U.S.$) (i)	-	-	1.773.947	853.201
	399.616	**-**	**8.278.839**	**7.667.987**

(i) Todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (nota 5.7).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	7.043.909
Captações	-	2.251.559
Amortização de principal	-	(1.768.394)
Pagamento de juros	-	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	-	560.005
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	7.667.987
Captações	398.106	2.944.147
Amortização de principal	-	(2.275.698)
Pagamento de juros	(52.111)	(523.774)
Juros, variação cambial e valor justo	53.621	466.177
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**399.616**	**8.278.839**

a) Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia através de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R$ 1.045.797.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

b) Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, as subsidiárias são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Companhia	Meta	Índice
BNDES	Sulgás	Dívida líquida [i] / LAJIDA [ii] não poderá ser superior a 3,50	0,35
BNDES	Sulgás	Índice de endividamento geral (Exigível total [iii] / Passivo total) não poderá ser superior a 0,8	0,64
BNDES Resolução 4131 Debêntures de 4ª a 9ª emissões	Comgás	Dívida onerosa líquida [i] / LAJIDA [ii] não poderá ser superior a 4,00	1,64
Debênture 4ª emissão	Comgás	Endividamento de curto prazo / Endividamento total [iii] não poderá ser superior a 0,6	0,17

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste em no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliário.

(ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescidos dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações.

(iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazo, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias, não consta nenhuma cláusula restritiva financeiras e não financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

c) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.8) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 5.9.

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fornecedores de gás e transportes de gás	-	-	1.393.418	1.314.946
Suprimento e transporte de energia elétrica	-	-	42.732	74.893
Fornecedores de materiais e serviços	1.994	1.265	406.660	409.138
	1.994	**1.265**	**1.842.810**	**1.798.977**

O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A.

A subsidiária Comgás possui convênio com a instituição financeira que permite a antecipação de duplicatas para seus fornecedores. O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. Os custos de descontos são devidos pelos fornecedores e a subsidiária não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. (para maiores informações vide nota explicativa 5.9). As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado.

5.7 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia e suas subsidiárias, se necessário, designam certos derivativos como:

i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas subsidiárias documentam a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de hedge enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Nocional	**Valor justo**	***Nocional***	**Valor justo**
Derivativos de energia elétrica				
Contratos a termo	-	-	1.407.476	(248.123)
	-	**-**	**1.407.476**	**(248.123)**
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	53.012	(486)	28.100	1.044
Contratos de opções	676.214	25.360	-	-
	729.226	**24.874**	**28.100**	**1.044**
Derivativos de commodities [(i)]				
Contratos de opções	-	21.744	-	-
	-	**21.744**	**-**	**-**
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de s*wap* (juros)	4.919.169	31.748	2.695.617	119.993
Contratos de s*wap* (juros e câmbio) [(ii)]	1.772.775	(86.854)	1.375.375	127.610
	6.691.944	**(55.106)**	**4.070.992**	**247.603**
Total de instrumentos contratados		**(8.488)**		**524**
Ativos		**391.863**		**358.456**
Passivos		**(400.351)**		**(357.932)**
		(8.488)		**524**

(i) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento do cenário de guerra Ucrânia e Rússia.

(ii) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

A subsidiária Comgás adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Hedge de valor justo

A Comgás adota a contabilidade de hedge do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Comgás estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Comgás usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Comgás são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no seu risco de crédito ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

		Valor contábil		Ajuste acumulado de valor justo	
	Nocional	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Itens designados					
5ª emissão - série única	(684.501)	(907.366)	(873.474)	(33.892)	17.184
BNDES Projeto VIII [(i)]	(1.000.000)	(851.689)	(921.949)	70.260	(921.949)
Total débito	**(1.684.501)**	**(1.759.055)**	**(1.795.423)**	**36.368**	**(904.765)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de *hedge*					
5ª emissão - série única	684.501	221.000	(189.928)	1.248	(401.669)
BNDES Projeto VIII	1.000.000	(90.193)	51.220	(57.944)	51.220
Total derivativos	**1.684.501**	**130.807**	**(138.708)**	**(56.696)**	**(350.449)**
Total líquido	**-**	**(1.628.248)**	**(1.934.131)**	**(20.328)**	**(1.255.214)**

(i) Na subsidiária Comgás, a exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado.

Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge.*

A subsidiária Comgás optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) e instrumentos derivativos para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
***Hedge* risco de câmbio**		***Nocional***	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
4131 Scotiabank (2018)	US$ + 3,67%	(268.125)	(395.285)	(438.823)	(2.680)	(18.230)
4131 Scotiabank (2021)	US$ + 1,36%	(407.250)	(377.705)	(414.378)	15.545	5.526
4131 Scotiabank (2022)	US$ + 2,13%	(1.097.400)	(1.000.957)	-	51.798	-
Total débito		**(1.772.775)**	**(1.773.947)**	(853.201)	**64.663**	(12.704)
Instrumentos financeiros derivativos						
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	-	-	-	-	844
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	-	-	-	-	2.583
4131 Scotiabank (2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	123.760	168.358	(61.685)	20.794
4131 Scotiabank (2020)	BRL + CDI + 2,75%	-	-	-	-	15.711
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	(50.245)	(514)	(88.612)	(6.628)
4131 Scotiabank (2022)	BRL + CDI + 1,20%	1.097.400	(160.369)	-	(217.215)	-
Total derivativos		**1.772.775**	**(86.854)**	167.844	**(367.512)**	33.304
Total líquido		**-**	**(1.860.801)**	**(685.357)**	**(302.849)**	**20.600**

			Valor contábil		Ajuste acumulado de valor justo	
***Hedge* risco de juros**		***Nocional***	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Debêntures da 4ª emissão - 3ª serie	IPCA + 7,36%	(114.818)	(114.014)	-	(114.014)	-
Debêntures da 6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	(523.993)	(523.837)	-	(523.837)	-
Debêntures da 9ª emissão - 1ª serie	IPCA + 5,12%	(500.000)	(491.153)	(484.974)	(6.179)	(484.974)
Debêntures da 9ª emissão - 2ª serie	IPCA + 5,22%	(500.000)	(467.841)	(477.578)	9.737	(477.578)
BNDES Projeto VI e VII	IPCA + 4,10%	(160.126)	(131.885)	-	(131.885)	-
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(870.149)	(801.812)	-	(801.812)	-
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(544.925)	-	(544.925)	-
		(3.234.668)	**(3.075.467)**	**(962.552)**	**(2.112.915)**	**(962.552)**
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap da 4ª emissão - 2ª série	94,64% CDI	-	-	-	(3.900)	-
Swap da 4ª emissão - 3ª série	112,49% CDI	114.818	(778)	-	(5.096)	-
Swap da 6ª emissão - série única	89,9% CDI	523.993	(10.419)	-	(26.161)	-
Swap da 9ª emissão - 1ª série	109,2% CDI	500.000	(17.705)	5.776	(37.517)	5.776
Swap da 9ª emissão - 2ª série	110,50% CDI	500.000	(40.441)	12.939	(53.304)	12.939
Swap do BNDES Projeto VI e VII	87,50% CDI	160.126	(2.046)	-	(6.923)	-
Swap do BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	870.149	(21.039)	-	(48.613)	-
Swap do BNDES Projeto IX	98,9% CDI	565.582	(6.631)	-	(6.632)	-
Total derivativo		**3.234.668**	**(99.059)**	**18.715**	**(188.146)**	**18.715**
Total líquido		**-**	**(3.174.526)**	**(943.837)**	**(2.301.061)**	**(943.837)**

5.8 Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

i. o uso de preços de mercado cotados;
ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia e suas subsidiárias possuem uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia e suas subsidiárias, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas subsidiárias usam dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia e suas subsidiárias em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.

- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Valor contábil e valor justo [(i)]	
	Nível 2	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Aplicação em fundos de investimento	311.196	764.747
Títulos e valores mobiliários	578.358	1.876.006
Instrumentos financeiros derivativos	391.863	358.456
Total	**1.281.417**	**2.999.209**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	(400.351)	(357.932)
Total	**(7.008.820)**	**(3.992.822)**

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas subsidiárias que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia e suas subsidiárias.

5.9 Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia e suas subsidiárias a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia e suas subsidiárias utilizam derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco.

i. Risco cambial

Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.773.947)	(853.201)
Instrumentos financeiros derivativos - dívida	1.773.947	853.201
Instrumentos financeiros derivativos - opções [(i)]	(24.875)	(39.189)
Risco cambial líquido	**(24.875)**	**(39.189)**

(i) Alguns contratos de opções possuem exposição ao dólar com objetivo de proteger a Companhia na aquisição de ativos atrelados à moeda.

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2022, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

		Cenário				
Instrumento	**Fator de risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Variação na taxa de câmbio R$/U.S.$	(10.982)	(446.232)	(892.464)	446.232	892.464
Derivativos de taxa de juros e câmbio - dívida	Variação na taxa de câmbio R$/U.S.$	10.982	446.232	892.464	(446.232)	(892.464)
Derivativos de taxa de juros e câmbio - opções	Variação na taxa de câmbio R$/U.S.$	25.638	64.938	130.519	38.301	82.651
Exposição cambial, líquida		**25.638**	**64.938**	**130.519**	**38.301**	**82.651**

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2022, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/U.S.$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)					
		Cenário				
	31/12/2022	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Dólar norte-americano	5,22	5,25	6,56	7,88	3,94	2,63

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Cenário				
	Provável	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Caixa e equivalentes de caixa	454.796	568.495	682.194	341.097	227.398
Títulos e valores mobiliários	90.940	113.675	136.410	68.205	45.470
Caixa restrito	548	684	821	411	274
Derivativos de taxa de juros	(1.643)	(100.997)	(93.496)	(127.003)	(147.673)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(477.985)	(545.127)	(654.153)	(327.076)	(218.051)
Impactos de (perda) ou ganhos	**66.656**	**36.730**	**71.776**	**(44.366)**	**(92.582)**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Cenário				
	Provável	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%
IGPM	4,45%	5,56%	6,67%	3,34%	2,22%

iii. Risco de preços

- **Energia elétrica**

As operações de energia elétrica eram transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Os saldos patrimoniais, referentes às nossas transações de energia elétrica em aberto estão abaixo apresentados:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	**Passivo**	**Perda líquida**	**Ativo**	**Passivo**	**Perda líquida**
Comercialização de energia	**-**	**-**	**-**	**69.576**	**(317.699)**	**(248.123)**

Em julho de 2022 a subsidiária Compass Comercialização S.A. celebrou instrumento de Cessão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com a à WX Energy Comercializadora de Energia Ltda., empresa controlada indireta da Raízen S.A.. Através desta operação realizada a mercado, a Companhia cedeu integralmente todos os contratos com vencimentos posteriores ao exercício de 2022.

- **Gás Natural**

As operações com derivativos de gás natural são transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

		Cenário				
Instrumento	**Fator de risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Derivativos de Brent - opções	Variação no preço U.S.$ / bbl	21.744	21.878	64.345	127.602	3.508

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia e suas subsidiárias expõe a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia e suas controladas continuam sujeitas a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3.403.635	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	578.358	1.876.006
Caixa restrito	4.100	-
Contas a receber de clientes [(i)]	1.931.205	1.427.720
Instrumentos financeiros derivativos	391.863	358.456
Recebíveis de partes relacionadas	6.558	4.766
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	101.027	-
	6.416.746	**7.229.306**

[(i)] Em 31 de dezembro de 2022, as subsidiárias possuíam uma carteira de aproximadamente 2,49 milhão de clientes (não auditado), das categorias de clientes residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A-”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	3.079.698	5.581.247
AA	1.159.780	215.573
A-	138.478	-
	4.377.956	**5.796.820**

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia e suas subsidiárias em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros consolidados da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/2022	31/12/2021
	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.192.919)	(2.244.827)	(3.044.512)	(4.887.375)	(12.369.633)	(12.281.796)
Instrumentos financeiros derivativos	8.212	(212.378)	(228.050)	1.058.489	626.273	954.576
Fornecedores	(1.842.810)	-	-	-	(1.842.810)	(1.798.977)
Outros passivos financeiros [(i)]	(72.579)	-	-	-	(72.579)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(72.863)	-	-	-	(72.863)	(2.035)
Parcelamento de débitos tributários	(825)	(825)	(1.653)	(2.548)	(5.851)	(6.097)
Arrendamentos	(8.232)	(7.984)	(14.052)	(31.001)	(61.269)	(84.958)
Pagáveis a partes relacionadas	(14.764)	-	-	-	(14.764)	(12.204)
	(4.196.780)	**(2.466.014)**	**(3.288.267)**	**(3.862.435)**	**(13.813.496)**	**(13.323.424)**

(i) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R$ 72.579 (R$ 91.933 em 31 de dezembro de 2021). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado.

6 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) [(i)]	-	-	528.028	837.835
Programa de Integração Social (PIS) [(i)]	-	-	219.853	181.905
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	-	-	226.823	207.348
Outros	-	7.590	6.774	7.670
	-	**7.590**	**981.478**	**1.234.758**
Circulante	-	7.590	769.197	245.599
Não circulante	-	-	212.281	989.159
	-	**7.590**	**981.478**	**1.234.758**

(i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia por meio de suas subsidiárias reconheceu créditos referentes ao tema.

No deferimento dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia por meio de suas subsidiárias passou a utilizá-lo para os pagamentos mensais de PIS e COFINS, bem como para os pagamentos de IRPJ e CSLL.

7 Investimentos em associadas e coligadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

b) Coligadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes".

7.1 Investimento em subsidiárias e coligadas

As subsidiárias e coligadas diretas e indiretas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Participações diretas em subsidiárias controladas		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	99,14%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Ute Porto de Suape LTDA.	100,00%	100,00%
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	99,98%	99,98%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
Compass Um Participações S.A.	100,00%	100,00%
Commit Gás e Energia S.A.	51,00%	-
Participação da Compass Comercialização S.A. em sua subsidiária controlada		
Compass Energia Ltda. (i)	-	100,00%
Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária controlada		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	-
Participação da Commit Gás e Energia S.A. em suas subsidiárias coligadas e controladas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	49,00%	-
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	100,00%	-
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	29,44%	-
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	29,44%	-
CEG Rio S.A.	37,41%	-
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	-
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (ii)	83,00%	-
Companha de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	-
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	-
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,50%	-
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,50%	-

(i) A Companhia foi encerrada em 31 de dezembro de 2022.

(ii) A Companhia não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%.

a) Controladora

A seguir, a movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Combinação de negócios	Dividendos e juros sobre capital próprio	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.282.832	1.716.133	-	(1.879.448)	-	11.699	**3.131.216**
Compass Comercialização S.A.	143.661	(30.294)	-	-	250.000	-	**363.367**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6.159	32.338	-	(307)	-	-	**38.190**
Rota 4 Participações S.A.	16.670	(3.554)	-	-	-	-	**13.116**
Compass Um Participações S.A.	950.540	38.119	-	(362)	-	1	**988.298**
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	8.388	(6.724)	-	-	8.000	-	**9.664**
Commit Gás e Energia S.A.	-	111.693	2.097.758	(67.065)	-	-	**2.142.386**
Total investimento em controladas	**4.408.250**	**1.857.711**	**2.097.758**	**(1.947.182)**	**258.000**	**11.700**	**6.686.237**

	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	2.851.863	2.021.131	(1.635.816)	-	45.654	**3.282.832**
Compass Comercialização S.A.	59.134	(265.473)	-	350.000	-	**143.661**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	15.923	(29.758)	-	20.000	(6)	**6.159**
Rota 4 Participações S.A.	4.591	104	(25)	12.000	-	**16.670**
Compass Um Participações S.A.	-	(6.460)	-	957.000	-	**950.540**
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	-	(7.612)	-	16.000	-	**8.388**
Total investimento em controladas	**2.931.511**	**1.711.932**	**(1.635.841)**	**1.355.000**	**45.648**	**4.408.250**

A seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	12.664.111	(11.631.358)	1.032.753	1.811.479
Compass Comercialização S.A.	932.718	(569.350)	363.368	(30.294)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	910.332	(871.836)	38.496	32.338
Rota 4 Participações S.A.	13.524	(407)	13.117	(3.554)
Compass Um participações S.A.	998.502	(9.842)	988.660	38.119
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	13.787	(4.123)	9.664	(6.724)
Commit Gás e Energia S.A.	3.054.525	(87.359)	2.967.166	341.813

	31/12/2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	12.271.498	(11.166.280)	1.105.218	2.119.121
Compass Comercialização S.A.	541.914	(398.252)	143.662	(265.472)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	875.376	(869.217)	6.159	(29.758)
Rota 4 Participações S.A.	17.250	(580)	16.670	104

b) Consolidado

A seguir, a movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Combinação de negócios [(i)]	Dividendos e juros sobre capital próprio	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	-	19.931	411.737	(6.831)	-	**424.837**
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	-	19.094	405.700	(9.493)	-	**415.301**
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	-	34.885	608.468	(15.524)	-	**627.829**
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	-	9.015	63.856	(3.441)	-	**69.430**
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	-	6.717	182.009	(4.189)	-	**184.537**
CEG Rio S.A.	-	29.686	261.336	(16.542)	-	**274.480**
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	-	13.530	284.173	(6.160)	-	**291.543**
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	-	9.066	168.211	(8.390)	-	**168.887**
Gás de Alagoas S.A. - Algás	-	5.954	66.001	(2.985)	(522)	**68.448**
	-	**147.878**	**2.451.491**	**(73.555)**	**(522)**	**2.525.292**

(i) Para maiores informações, vide nota 7.2.

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Gás de Alagoas S.A. - Algás	227.200	(94.369)	132.831	46.491
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	1.024.163	(746.472)	277.691	69.023
CEG Rio S.A.	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	136.672	(40.053)	96.619	25.520
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	339.695	(164.774)	174.921	11.448
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	202.933	(46.264)	156.669	35.425
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	946.916	(436.743)	510.173	100.059

7.2 Aquisição de subsidiárias

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

i. a valor justo; ou

ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição dos investimentos Sulgás e Commit. Na tabela abaixo demonstramos, a contraprestação paga e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das aquisições.

	Sulgás	Commit	Efeitos de consolidação (i)	Consolidado
Contraprestação transferida - Parcela única	945.979	2.097.758	-	3.043.737
Valores reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalentes de caixa	73.298	124.174	-	197.472
Contas a receber de clientes (ii)	90.828	142.528	-	233.356
Estoques	7.274	3.859	-	11.133
Dividendos a receber	-	254.493	(51.525)	202.968
Direito de uso	3.786	4.785	-	8.571
Ativos setoriais	-	59.757	-	59.757
Ativos mantidos para venda	-	726.243	-	726.243
Ativos de contrato	25.958	61.777	-	87.735
Imobilizado	-	257	-	257
Intangível	2.749.893	988.847	(1.230.182)	2.508.558
Investimentos	-	2.528.220	(76.729)	2.451.491
Outros créditos	142.180	87.248	-	229.428
Fornecedores	(107.833)	(90.689)	-	(198.522)
Arrendamentos	(3.940)	(8.543)	-	(12.483)
Impostos a pagar	(14.647)	(31.217)	-	(45.864)
IR e CS Diferido	(871.183)	(649.324)	418.262	(1.102.245)
Provisão para contingências (iii)	(10.551)	(11.508)	-	(22.059)
Passivo setorial	(117.881)	(22.524)	-	(140.405)
Dividendos a pagar	(104.048)	-	51.525	(52.523)
Outras obrigações	(8.272)	(55.132)	-	(63.404)
Participação dos acionistas não controladores	(908.883)	(2.015.493)	-	(2.924.376)
Ativos líquidos e adquiridos	**945.979**	**2.097.758**	**(888.649)**	**2.155.088**
Contraprestação transferida para aquisição de não controladores	-	(468.070)	-	(468.070)
Participação de não controladores	-	-	888.649	888.649
Contraprestação transferida, líquida de não controladores	**945.979**	**1.629.688**	**-**	**2.575.667**
Caixa adquirido	(73.298)	(124.174)	-	(197.472)
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido e não controladores	**872.681**	**1.505.514**	**-**	**2.378.195**

(i) Efeitos de consolidação pela aquisição da parte minoritária da subsidiária Sulgás.

(ii) O valor líquido de contas a receber de clientes é de R$ 233.356 (R$ 31.923 de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber vide nota 5.3). O valor bruto das contas a receber de clientes é de R$ 265.279, os quais se espera que sejam recebidos integralmente.

(iii) A Companhia realizou uma avaliação dos processos passivos da adquirida junto ao jurídico interno, onde, foram identificados processos com probabilidade de perda possível de natureza cível, trabalhista, tributário e administrativo no montante de R$ 331 referente a subsidiária Commit e R$ 9.245 a subsidiária Sulgás, os quais foram reconhecidos como passivos contingentes, conforme requerido no CPC 15.

Sulgás

Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Compass Um Participações S.A. (“Compass Um”) concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”) de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R$9.264. A partir dessa data, a Sulgás passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até abril de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 munícipios, com volume distribuído de 1,5 milhão m3/dia.

Na avaliação realizada pela Companhia, foram avaliados a valor justo os ativos e passivos adquiridos, e a diferença entre o valor justo desses ativos e passivos e o valor pago foi alocado como direito de concessão para distribuição de gás.

O valor justo do intangível de R$ 2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R$ 2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis.

Os custos de aquisição da subsidiária Sulgás foram de R$ 9.839. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 1.860.342 e R$ 152.389, respectivamente geradas pela Sulgás.
A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e não identificou alterações relevantes.

Commit

Em 11 de julho de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 51% da Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”), pelo montante de R$2.097.758, pago em caixa. Deste montante, R$468.070 refere-se à aquisição de 49% da Sulgás, a qual não está sendo considerada como uma combinação de negócios, visto estar fora do escopo do “*IFRS* 3 / CPC 15 – Combinação de negócios” realizada em estágios, pois a Companhia já detinha o controle dessa entidade.

Com a conclusão da aquisição, a Companhia assumiu o controle da adquirida. Com a aquisição, a Companhia reforça o compromisso de atuação e investimento no segmento de distribuição de gás natural, contribuindo para garantir a segurança energética fundamental para o crescimento econômico e o aumento da competitividade das regiões onde atua. A participação não controladora de 49% das ações ordinárias pertence à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (“Mitsui”), está mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis e registrada no patrimônio líquido da Companhia.

A estimativa de valor justo dos direitos de concessão foi calculada para cada uma das distribuidoras investidas e controladas da Commit considerando uma taxa de custo médio de capital ponderado regulatório, prazo de concessão, incluindo potenciais prorrogações e margem regulatória e volumes estimados.

Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás e Energia S.A. ("Commit"). Na data de aquisição a Commit possuia participação em 18 distribuidoras de gás natural canalizado de diversas regiões do país e busca promover as melhores práticas para desenvolvimento sustentável do setor. Abaixo apresentamos as investidas e os respectivos percentuais de participação no momento da aquisição:

Distribuidoras	**% de participação**
Controlada	
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. ("Gás Brasiliano")	100,00%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul ("MSGás")	49,00%
Companhia Potiguar de Gás ("Potigás") (ii)	83,00%
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") (i)	49,00%
CEG Rio S.A. ("CEG Rio")	37,41%
Gás de Alagoas S.A. ("Algás")	41,50%
Companhia de Gás da Bahia ("Bahiagás")	41,50%
Companhia de Gás do Ceará ("Cegás")	41,50%
Companhia Paranaense de Gás ("Compagás")	24,50%
Companhia Pernambucana de Gás ("Copergás")	41,50%
Companhia de Gás do Amapá ("Gasap")	37,25%
Companhia de Gás do Piauí ("Gaspisa")	37,25%
Companhia Paraibana de Gás ("PBGás")	41,50%
Cia Rondoniense de Gás ("Rongás")	41,50%
Sergipe Gás S.A. ("Sergás")	41,50%
Companhia de Gás de Santa Catarina ("SCGás")	41,00%
Companhia Brasiliense de Gás ("CEBGás")	32,00%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ("GoiasGás")	30,46%

(i) A subsidiária Compass Um Participações S.A. detém os 51% remanescentes dessa entidade.

(ii) A participação de 83% refere-se ao total de ações (ordinárias e preferenciais), sendo que a Companhia não detém o controle da investida Potigás, pois o Estado do Rio Grande do Norte possui 51% das ações ordinárias com direito a voto, enquanto a Commit detém 49%.

Após avaliação pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia apresentou mais valias no valor de R$ 2.627.213, alocadas pelo valor justo majoritariamente em investimento e intangível. O direito de concessão da controlada Gás Brasiliano foi apurado com base no contrato de concessão. E a mais valia relacionada ao direito de concessão das investidas não controladas foi alocado como parte do investimento. A mais valia registrada será amortizada com base no contrato de concessão, incluindo potenciais prorrogações de cada investida.

Os custos de aquisição da subsidiária Commit foram de R$ 14.604. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R$ 644.442 e R$ 219.577, respectivamente geradas pela Commit. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaria uma receita liquida de R$ 20.717.331 e lucro líquido de R$ 2.728.550 (não auditada).

A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e fez alterações em estimativas inicialmente utilizadas.

7.3 Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio – ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, estão apresentadas as subsidiárias da Companhia que possuem participação de não controladores:

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	132.520.587	1.139.210	0,86%
Commit Gás e Energia S.A.	110.993	54.387	49,00%

A seguir, a movimentação da participação dos acionistas não controladores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Saldo em 1 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Combinação de negócios [(i)]	Aquisição de não controladores	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	28.466	14.881	(16.297)	-	-	102	27.152
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	-	6.466	(26.701)	908.883	(888.649)	1	-
Commit Gás e Energia S.A.	-	107.311	(64.435)	2.015.493	-	-	2.058.369
	28.466	**128.658**	**(107.433)**	**2.924.376**	**(888.649)**	**103**	**2.085.521**

	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	24.729	17.525	(14.184)	625	(229)	**28.466**
	24.729	**17.525**	**(14.184)**	**625**	**(229)**	**28.466**

[(i)] Para mais detalhes, vide nota 7.2.

8 Intangível, ativo de contrato, imobilizado e redução ao valor recuperável

8.1 Ativo intangível

Política contábil:

a) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Relacionamento com clientes

Refere-se a custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

d) Direito de concessão

A subsidiárias que possuem um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f) Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

	Direito de concessão	Ágio [iii]	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Custo:					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	10.758.762	94.892	987.054	77.137	**11.917.845**
Adições	-	-	154.900	52	**154.952**
Baixas	(169.815)	-	(44)	-	**(169.859)**
Transferências	1.049.195	-	(255)	(72.425)	**976.515**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.638.142**	**94.892**	**1.141.655**	**4.764**	**12.879.453**
Adições	-	5.300	113.497	8.297	**127.094**
Baixas	(57.723)	-	(19)	-	**(57.742)**
Transferências [i]	837.788	-	(6)	6.677	**844.459**
Combinação de negócios [ii]	2.508.558	-	-	-	**2.508.558**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.926.765**	**100.192**	**1.255.127**	**19.738**	**16.301.822**
Amortização:					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(2.333.680)	-	(777.015)	(37.164)	**(3.147.859)**
Adições	(466.645)	-	(87.944)	(701)	**(555.290)**
Baixas	152.236	-	114	-	**152.350**
Transferências	(37.038)	-	2	37.036	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.685.127)**	**-**	**(864.843)**	**(829)**	**(3.550.799)**
Adições	(653.133)	-	(104.864)	(3.550)	**(761.547)**
Baixas	25.658	-	1	-	**25.659**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(3.312.602)**	**-**	**(969.706)**	**(4.379)**	**(4.286.687)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.953.015**	**94.892**	**276.812**	**3.935**	**9.328.654**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.614.163**	**100.192**	**285.421**	**15.359**	**12.015.135**

[i] O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R$ 35.057 (R$ 45.381 em 31 de dezembro de 2021) do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

[ii] Para maiores informações, vide nota 7.2.

[iii] O ágio de R$ 5.300 reconhecido refere-se ao direito de participação de 93,4% em futuro consórcio.

8.2 Ativos de contrato

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Ativos de contrato
Custo:	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**686.690**
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684.970**
Adições	1.217.818
Transferência para ativo intangível	(880.188)
Combinação de negócios (nota 7.2)	87.735
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.110.335**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 109.265 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$ 83.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), por meio da capitalização de mão de obra.

Compromissos de investimento (não auditado)

A subsidiária Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R$ 20 bilhões além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R$ 3 bilhões, a valor presente a serem investidos anualmente de forma linear.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

As demais distribuidoras não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Comgás capitalizou R$ 70.884 a uma taxa média ponderada de 12,06% a.a. (R$ 33.829 e 8,45% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Sulgás capitalizou R$ 217 a uma taxa média ponderada de 4,10% a.a.

8.3 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Outros	8% - 20%

	Obras em andamento	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Outros	Total
Custo:				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	15.239	-	581	**15.820**
Adições	257.147	-	-	**257.147**
Transferências	(7.652)	5.997	1.222	**(433)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.997**	**1.803**	**272.534**
Adições	406.794	100	-	**406.894**
Baixas	-	-	(5.902)	**(5.902)**
Transferências	(6.173)	-	6.286	**113**
Combinação de negócios	-	237	20	**257**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**665.355**	**6.334**	**2.207**	**673.896**
Depreciação:				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	-	(494)	**(494)**
Adições	-	(409)	(141)	**(550)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(409)**	**(635)**	**(1.044)**
Adições	-	(1.012)	(267)	**(1.279)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(1.421)**	**(902)**	**(2.323)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.588**	**1.168**	**271.490**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**665.355**	**4.913**	**1.305**	**671.573**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 através de suas subsidiárias foram adicionados R$ 9.826 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$ 8.964 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), por meio da capitalização de mão de obra.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas subsidiárias capitalizaram R$ 62.365 a uma taxa média de 6,27% a.a. (R$ 7.512 e 2,78% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro 2021).

8.4 Redução ao valor recuperável

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo.

Teste de redução ao valor recuperável

Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa.

Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado.

As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e *WACC*. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2022 não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura.

9 Compromissos

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros total a valor presente estimado em R$ 12.964.677 (não auditado), que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2027.

10 Ativo e passivo setorial

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

Contudo, para a subsidiária Sulgás o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**241.749**	**(565.911)**	**(324.162)**
Custo do gás [(i)]	228.153	-	228.153
Créditos de tributos [(ii)]	-	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária [(iii)]	19.699	(263.409)	(243.710)
Crédito extemporâneo [(iv)]	-	(375.566)	(375.566)
Diferimento do IGP-M [(v)]	68.709	-	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Custo do gás [(i)]	(466.743)	-	(466.743)
Créditos tributários [(ii)]	-	16.876	16.876
Atualização monetária [(iii)]	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M [(v)]	110.013	-	110.013
Combinação de negócios (nota 7.2) [(ii)]	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**342.333**	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**
Circulante	148.955	(67.419)	81.536
Não circulante	193.378	(1.549.197)	(1.355.819)
	342.333	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.

(ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários sobre benefícios fiscais no exercício.

(iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

(iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6.

(v) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial.

11 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.842.844	1.710.947	2.306.483	1.683.276
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(626.567)	(581.722)	(784.204)	(572.314)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	631.622	582.057	(1.770)	-
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	-	-	(4.943)	(8.880)
Benefício ICMS extemporâneo (i)	-	-	240.251	290.745
Benefício ICMS - exercício corrente (i)	-	-	172.167	100.281
Juros sobre capital próprio	(11)	13.880	40.302	23.891
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	11.580	-
Selic indébitos (ii)	711	-	(25.046)	132.773
Outros	41	(51)	22.478	92.864
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**5.796**	**14.164**	**(329.185)**	**59.360**
Taxa efetiva	(0,31%)	(0,83%)	14,27%	(3,53%)

(i) Crédito extemporâneo no montante de R$ 272.593 (R$ 240.251 principal e R$ 32.342 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no período, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016, dos anos de 2017, 2018 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia. Esses créditos foram reconhecidos pela subsidiária Comgás com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Comgás levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido. Em março de 2022, houve julgamento sobre o tema na 1ª Turma do STJ favorável ao contribuinte, envolvendo benefício fiscal de diferimento do ICMS, obtido mediante contrato, e em abril de 2022 houve julgamento na 2ª Turma do STJ desfavorável ao contribuinte, em caso que envolvia redução da base de cálculo do ICMS. Com base nestes acontecimentos, a Administração, baseada nas opiniões de seus assessores legais, entende que a probabilidade de perda em eventual discussão específica sobre o tema é possível. O montante utilizado pela Comgás referente a crédito extemporâneo e corrente, até 31 de dezembro de 2022, totaliza R$ 903.940 (R$ 803.445 principal e R$ 100.495 Juros). Adicionalmente Comgás recebeu (i) em dezembro de 2022 um auto de infração e (ii) em janeiro de 2023 despachos decisórios de não homologação de compensações, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R$ 370.856, avaliado como perda possível pelos assessores jurídicos externos e pela administração.

(ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a subsidiária Comgás concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. Em 04/2022 o STF modulou a decisão de setembro do ano passado no sentido de que os fatos geradores posteriores a 30/09/2021 não deverão sofrer a tributação, porém para os fatos geradores anteriores à essa data, para não ocorrer a tributação, o contribuinte deveria ter proposto ação judicial anterior à data do início do julgamento virtual do processo que começou no dia 17/09/21. Como a Comgás entrou com o processo na semana do julgamento, foram revertidos do balanço os créditos de fatos geradores anteriores à 2021, no montante de R$ 58.128 dos períodos 2016 a 2020. O montante dos créditos acumulados relativos ao ano de 2022 é de R$ 32.124.

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R$ 137.092 (R$ 15.593 em 31 de dezembro de 2021) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	13.513	15.803	200.223	122.263
Base negativa de contribuição social	4.863	5.689	72.078	44.015
Créditos ativos de diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	-	25.694	26.176
Obrigação de benefício pós-emprego [(i)]	-	-	152.373	159.978
Perda esperada de crédito	-	-	20.743	11.429
Transações com pagamento baseado em ações	12.606	924	15.955	3.705
Provisões de participações no resultado	5.339	1.934	30.249	20.308
Diferenças temporárias [(ii)]	2.383	1.441	317.243	59.828
Diferido sobre resultado pré-operacional	-	-	24.999	-
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	89.883
Arrendamentos	233	101	358	130
Outros	-	-	59.877	23.532
	38.937	**25.892**	**919.792**	**561.247**
Créditos passivos de diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(13.443)	(6.990)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	(106.059)	(127.681)
Direito de concessão - intangível	-	-	(2.160.627)	(1.136.465)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [(iii)]	-	-	(36.861)	-
Arrendamentos	-	-	(2.963)	(3.349)
Revisão de vida útil de intangível	-	-	(175.421)	(202.759)
Outros	-	-	(103.313)	(41.966)
	-	**-**	**(2.598.687)**	**(1.519.210)**
Total de tributos diferidos registrados	**38.937**	**25.892**	**(1.678.895)**	**(957.963)**
Diferido ativo	38.937	25.892	482.296	253.109
Diferido passivo	-	-	(2.161.191)	(1.211.072)
	38.937	**25.892**	**(1.678.895)**	**(957.963)**

(i) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,6 anos.

(ii) A Companhia através de suas subsidiárias realizou a reversão da exclusão do cálculo no IRPJ e CSLL do valor de R$ 191.480 (R$ 563.175 de base), referente ao principal dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, tendo em vista que a primeira compensação ocorreu no segundo trimestre. O montante de R$ 283.694 (R$ 834.396 de base) em diferenças temporárias, refere-se basicamente a provisão de crédito extemporâneo no passivo setorial, fornecedores e serviços entre outros.

(iii) A Companhia através de sua subsidiária Comgás, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2022, optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	189.181
1 a 2 anos	35.835
2 a 3 anos	52.684
3 a 4 anos	67.052
4 a 5 anos	85.574
Acima de 5 anos	51.970
	482.296

c) Movimentação analítica no imposto diferido

I. Controladora

Ativos	**Obrigações de benefícios pós-emprego**	**Provisões**	**Arrendamentos**	**Prejuízo fiscal e base negativa**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**2.212**	**2.111**	**-**	**7.405**	**11.728**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	645	(669)	101	14.087	14.164
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.857**	**1.442**	**101**	**21.492**	**25.892**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	15.088	941	132	(3.116)	13.045
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17.945**	**2.383**	**233**	**18.376**	**38.937**

II. Consolidado

Ativos	Obrigações de benefícios pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**200.355**	**17.509**	**-**	**16.839**	**63.789**	**7.999**	**306.491**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	(2.901)	6.504	89.883	149.439	33.644	15.663	292.232
Outros resultados abrangentes	(37.476)	-	-	-	-	-	(37.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.978**	**24.013**	**89.883**	**166.278**	**97.433**	**23.662**	**561.247**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	5.302	22.191	(89.883)	106.023	216.129	30.318	290.080
Outros resultados abrangentes	(12.907)	-	-	-	-	-	(12.907)
Combinação de negócio (nota 7.2)	-	-	-	-	36.208	45.164	81.372
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**152.373**	**46.204**	**-**	**272.301**	**349.770**	**99.144**	**919.792**

Passivos	Intangível	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**(1.177.917)**	**(3.245)**	**(38.600)**	**(230.098)**	**-**	**(29.065)**	**(1.478.925)**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	41.452	(104)	(89.081)	27.338	-	(19.890)	(40.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.136.465)**	**(3.349)**	**(127.681)**	**(202.760)**	**-**	**(48.955)**	**(1.519.210)**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	136.076	386	21.622	27.339	(36.861)	(44.422)	104.140
Combinação de negócio (nota 7.2)	(1.160.238)	-	-	-	-	(23.379)	(1.183.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.160.627)**	**(2.963)**	**(106.059)**	**(175.421)**	**(36.861)**	**(116.756)**	**(2.598.687)**

Total de tributos diferidos registrados	**(1.678.895)**

12 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 em relação a:

	Consolidado			
	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	19.914	15.564	24.720	22.505
Cíveis, ambientais e regulatórias	38.605	28.282	20.747	29.691
Trabalhistas	29.228	41.055	9.915	10.166
	87.747	**84.901**	**55.382**	**62.362**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis, ambientais e regulatórios**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**8.117**	**24.177**	**41.942**	**74.236**
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão / pagamento	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária	3.742	3.643	(178)	7.207
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.564**	**28.282**	**41.055**	**84.901**
Provisionado no exercício	3.215	922	7.289	11.426
Baixas por reversão / pagamento [(i)]	(4.276)	(3.593)	(14.807)	(22.676)
Atualização monetária [(ii)]	1.523	(3.411)	(6.075)	(7.963)
Combinação de negócios [(iii)]	3.888	16.405	1.766	22.059
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19.914**	**38.605**	**29.228**	**87.747**

(i) Valores líquidos de reversões.

(ii) Inclui baixa de juros por reversão.

(iii) Para mais informações, vide nota 7.2.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Tributárias	3.559.918	2.594.265
Cíveis, ambientais e regulatórias	153.343	219.688
Trabalhistas	36.854	42.133
	3.750.115	**2.856.086**

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
IRPJ/CSLL	3.110.741	2.378.879
Compensação tributos federais	127.993	115.074
Outros	321.184	100.312
	3.559.918	**2.594.265**

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais de suas subsidiárias principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos externos e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 3. As variações de saldo referem-se a:

(i) a) a temas já existentes, com a respectiva atualização monetária dos referidos passivos contingentes;

b) à lavratura de auto de infração, em dezembro de 2022, e ao recebimento de despachos decisórios de não homologação de compensações, em janeiro de 2023, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R$ 370.856 (para maiores informação vide nota 11 e 21);

c) ao recebimento, em janeiro de 2023, de despacho decisório de não homologação de compensação, glosando a amortização fiscal do saldo da conta corrente regulatória no período de 2015, no valor de R$ 86.945 (para maiores informações vide nota 21).

(ii) a) à lavratura de autos de infração, em janeiro de 2023, para cobrança de multa isolada sobre as compensações não homologadas, referidas nos itens a) e b) do item (i) apresentado acima, no valor total de R$ 144.064;

b) ao ajuizamento de execução fiscal para cobrança de débitos de PIS, COFINS e IRPJ do período de setembro de 2016, no valor de R$ 78.429, cuja probabilidade de perda na discussão perante a esfera administrativa era remota, mas foi reclassificada para possível diante das particularidades do processo judicial;

c) à baixa de processos por encerramento favorável à Companhia ou reclassificação para perda provável.

b) Cíveis, ambientais e regulatórias

As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

c) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

13 Patrimônio líquido

Política contábil:

a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 11 - Imposto de renda e contribuição social.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a) Capital social

O capital subscrito da Companhia é de R$ 2.272.500, inteiramente integralizado, representando por 714.190 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 628.488 ações ordinárias, 30.853 ações preferenciais classe A e 54.849 ações preferenciais classe B. Conforme estatuo, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 10.000.000.

	Quantidade de ações em 31/12/2022							
Acionistas	**ON**	**%**	**PN - Classe A**	**%**	**PN - Classe B**	**%**	**Total**	**%**
Cosan Dez Participações S.A.	628.488	100,00	-	-	-	-	628.488	88,00
Bloco Atmos	-	-	30.853	100,00	-	-	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	-	-	-	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda	-	-	-	-	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda	-	-	-	-	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda	-	-	-	-	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	**628.488**	**100,00**	**30.853**	**100,00**	**54.849**	**100,00**	**714.190**	**100,00**

	Quantidade de ações em 31/12/2021							
Acionistas	**ON**	**%**	**PN - Classe A**	**%**	**PN - Classe B**	**%**	**Total**	**%**
Cosan S.A.	628.488	100,00	-	-	-	-	628.488	88,00
Bloco Atmos	-	-	30.853	100,00	-	-	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	-	-	-	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda	-	-	-	-	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda	-	-	-	-	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda	-	-	-	-	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	**628.488**	**100,00**	**30.853**	**100,00**	**54.849**	**100,00**	**714.190**	**100,00**

b) Dividendos

Em 21 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 79.803 com base no balanço datado de 31 de dezembro de 2021.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 1.474.761 com base no resultado do período de 2022.

c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022 no valor bruto de R$ 15.746.

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 9.493.

Em 23 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 53.393.

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2022, no valor bruto de R$ 49.505.

d) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**84**	**-**
Dividendos propostos (nota 7.1)	1.611.040	-
Juros sobre capital próprio proposto (nota 7.1)	24.801	-
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(4.377)	-
Dividendos recebidos	(1.605.749)	-
Juros sobre capital recebidos	(24.801)	-
Outros	(973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**25**	**-**
Dividendos propostos	1.819.012	31.178
Juros sobre capital próprio proposto	128.171	42.377
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(19.221)	(31.589)
Dividendos recebidos	(1.817.354)	(129.370)
Juros sobre capital recebidos	(66.838)	(15.118)
Combinação de negócios (nota 7.2)	-	202.968
Outros	(1.022)	581
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**42.773**	**101.027**

e) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	
Dividendos propostos	922.500	14.778
Juros sobre capital próprio proposto	70.000	253
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(9.748)	(24)
Dividendos pagos	(922.500)	(12.743)
Juros sobre capital pagos	(60.252)	(229)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**2.035**
Dividendos propostos	1.554.564	1.597.029
Juros sobre capital próprio proposto	128.137	194.726
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(17.843)	(54.352)
Dividendos pagos	(1.554.564)	(1.614.732)
Juros sobre capital pagos	(67.683)	(95.106)
Combinação de negócios [(i)]	-	43.263
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**42.611**	**72.863**

(i) Para efeitos de consolidação, os dividendos a pagar, no montante de R$9.264, da subsidiária Sulgás à sua controladora Compass Um foram eliminados.

f) Destinação do lucro líquido do exercício

As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	1.848.640	1.725.111
Constituição da reserva legal – 5% [(i)]	-	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.848.640**	**1.725.111**
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	924.320	862.556
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	**(1.602.897)**	**(992.500)**
Total do lucro do exercício a destinar	**245.743**	**732.611**

(i) De acordo com o estatuto da Companhia, se soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal.

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

14 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido atribuível à detentores de ações - básico	**1.848.640**	**1.725.111**
Ações ordinárias	1.626.804	1.653.810
Ações preferenciais	221.836	71.301
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	**(1.727)**	**(3.774)**
Resultado atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	**1.846.913**	**1.721.336**
Ações ordinárias	1.625.284	1.650.291
Ações preferenciais	221.629	71.045
Média ponderada do número de ações em circulação - básico (em milhares de ações)	**714.190**	**655.584**
Ações ordinárias	628.488	628.488
Ações preferenciais	85.702	**27.096**
Efeito de diluição do plano de opções de ações	-	918
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído (em milhares de ações)	**714.190**	**656.502**
Ações ordinárias	628.488	629.405
Ações preferenciais	85.702	27.096
Resultado por ação		
Básico (em R$)		
Ações ordinárias	**2,58844**	2,63141
Ações preferenciais	**2,58844**	2,63141
Diluído (em R$)		
Ações ordinárias	**2,58602**	2,62198
Ações preferenciais	**2,58602**	2,62198

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

15 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A Companhia presta serviços de distribuição de gás através das subsidiárias Comgás, Sulgás e Gás Brasiliano, a receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se a porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias Comgás, Sulgás e Gás Brasiliano, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

v. Comercialização de energia

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

b) Operações de *trading*

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Receita bruta na distribuição de gás	23.439.612	13.716.903
Receita bruta na comercialização de energia elétrica	263.537	706.306
Receita bruta na prestação de serviços	440.582	268.554
Receita de construção	1.217.818	1.020.176
Impostos e deduções sobre vendas	(5.227.762)	(3.381.730)
Receita operacional líquida	**20.133.787**	**12.330.209**

16 Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/03/2021 (Reapresentado)
Custo do gás e transporte	-	-	(14.307.087)	(7.211.545)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(260.891)	(968.503)
Custo de construção	-	-	(1.217.818)	(1.020.176)
Depreciação e amortização	(3.156)	(1.756)	(776.248)	(559.994)
Despesas com materiais e serviços	(12.145)	(18.954)	(453.898)	(370.719)
Despesas com pessoal	(83.945)	(22.885)	(407.029)	(251.949)
Outras despesas	(37.717)	-	(83.169)	-
	(136.963)	**(43.595)**	**(17.506.140)**	**(10.382.886)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(16.561.153)	(9.755.425)
Despesas de vendas	-	-	(163.256)	(125.412)
Despesas gerais e administrativas	(136.963)	(43.595)	(781.731)	(502.049)
	(136.963)	**(43.595)**	**(17.506.140)**	**(10.382.886)**

17 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos extemporâneos PIS/COFINS [(i)]	-	-	-	187.609
Renovação contrato concessão ARSESP [(ii)]	-	-	-	(43.721)
Valores em discussão com clientes	-	-	(13.369)	(16.000)
Resultado nas alienações e baixas de ativo intangível	-	-	(51.724)	(21.083)
Efeito líquido das demandas judiciais	-	-	(11.035)	(9.691)
Efeito líquido da receita não faturada [(iii)]	-	-	-	(59.607)
Outros	659	(83)	(15.777)	(11.938)
	659	**(83)**	**(91.905)**	**25.569**

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 6 e 10.

(ii) A subsidiária Comgás, renunciou de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão.

(iii) Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

18 Resultado financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(53.243)	-	(1.066.172)	(571.756)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	-	108.227	(60.888)
Resultado com derivativos e valor justo	-	-	(27.986)	59.018
Amortização do gasto de captação	(710)	-	(3.902)	(868)
Fianças e garantias sobre dívida	-	-	(15.217)	(15.454)
	(53.953)	**-**	**(1.005.050)**	**(589.948)**
Rendimento de aplicação financeira	194.030	49.686	600.469	186.153
	194.030	**49.686**	**600.469**	**186.153**
Custo da dívida, líquida	**140.077**	**49.686**	**(404.581)**	**(403.795)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	(18.956)	(4.799)	239.704	260.238
Juros sobre passivo atuarial e outros	-	-	(36.670)	-
Atualização de outros ativos financeiros	-	-	(26.931)	(40.415)
Juros sobre outras obrigações	(1.077)	(701)	(71.295)	(99.750)
Despesas bancárias e outros	1.311	(1.501)	(13.737)	(5.829)
Variação cambial líquida	82	8	(63.627)	(65)
	(18.640)	**(6.993)**	**27.444**	**114.179**
Resultado financeiro, líquido	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(74.698)	(7.223)	(1.291.850)	(900.783)
Receitas financeiras	196.053	49.908	898.099	703.204
Variação cambial líquida	82	8	102.655	(60.953)
Derivativos	-	-	(86.041)	(31.084)
Resultado financeiro, líquido	**121.437**	**42.693**	**(377.137)**	**(289.616)**

19 Obrigações de benefício pós-emprego

Política contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de plano médico e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação de benefício definido inicial	477.253	570.750
Custo dos serviços correntes	219	487
Custo dos serviços passado	319	-
Juros sobre obrigação atuarial	41.815	41.310
Liquidação antecipada no plano	(3.081)	-
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (i)	(26.621)	(106.104)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência (i)	(14.629)	(4.368)
Benefícios pagos	(27.118)	(24.822)
Obrigação de benefício definido final	**448.157**	**477.253**
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.728)	(6.174)
Receitas de juros	(253)	(456)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) (i)	3.283	250
Liquidação antecipada no plano	3.698	-
Contribuições do empregador	(27.118)	(25.170)
Benefícios pagos	27.118	24.822
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**(6.728)**
Passivo líquido de benefício definido	**448.157**	**470.525**

(i) Efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia através da sua subsidiária Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

O plano de aposentadoria PLAC foi encerrado em 24 de maio de 2022, através do distrato do plano. Os participantes tiveram direito ao recebimento de todos os saldos de conta acumulados no plano, assim como aos fundos de excesso – o que contemplava o Fundo Globalizado, fundo de excesso disponível para cobertura do benefício de risco BD do plano. O encerramento do plano foi reconhecido como um *settlement* e o valor do Fundo Globalizado destinado aos participantes impactou a subsidiária como uma despesa no resultado do exercício de R$ 616.

A Companhia através de sua subsidiária Comgás iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II – Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**564.576**
Custo dos serviços correntes	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**470.525**
Custo dos serviços correntes	219
Custo dos serviços passado	319
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448.157**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	26.621	106.104
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	11.346	4.118
Ganhos atuariais líquidas	**37.967**	**110.222**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	10,45% a.a.	9,09% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	n/a	6,60% a.a.
Morbidade (*aging factor*)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 11.

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 10,6 anos (11,7 anos em 2021).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de plano médico conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	**Redução**
0,50%	**-0,50%**
(21.878)	24.079

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

20 Pagamento baseado em ações

Política contábil:

Transações liquidadas com ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

(ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio / Data de concessão	Companhia	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [i]	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Programa de concessão de ações						
01/08/2018	Comgás	48	96.787	(96.787)	-	59,66
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(14.794)	68.889	79,00
			180.470	**(111.581)**	**68.889**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	30.205	-	30.205	25,46
01/08/2021	Compass Comercialização	36	35.777	-	35.777	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	173.316	-	173.316	25,46
01/08/2021	TRSP	36	38.158	-	38.158	25,46
01/11/2021	Comgás	32	195.414	-	195.414	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.672.626	-	1.672.626	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	88.899	-	88.899	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	826.392	-	826.392	25,59
01/08/2022	Compass Comercialização	36	30.441	-	30.441	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.258	-	31.258	25,59
			3.122.486	**-**	**3.122.486**	
Total			**3.302.956**	**(111.581)**	**3.191.375**	

(i) Total de ações acrescidos correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Em 31 de agosto de 2022 foram liquidados, na subsidiária Comgás, em caixa, o plano de 2018 gerando um efeito no montante de R$ 15.597 (R$ 30.336 do plano de 2017 em 31 de dezembro de 2021) no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação.

i. Mensuração dos valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	31/12/2022			
	Compass Gás e Energia	**Compass Comercialização**	**TRSP**	**Comgás**
Premissas chave:				
Preço de mercado	29,20	29,20	29,20	79,00
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	32,81%

	31/12/2021			
	Compass Gás e Energia	**Compass Comercialização**	**TRSP**	**Comgás**
Premissas chave:				
Preço de mercado	27,27	27,27	27,27	78,58
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	32,81%

ii. Reconciliação de ações outorgadas em circulação

	Programa de concessão de ações
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**2.113.750**
Outorgadas	1.891.182
Exercidas	(154.279)
Canceladas	(1.858.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.991.684**
Outorgadas	919.071
Exercido / cancelado / transferido	(111.581)
Acréscimo de ações	392.201
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.191.375**

iii. Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração baseada em ações incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo:

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(25.117)	1.948	(28.478)	(1.933)

21 Eventos subsequentes

21.1 Auto de infração na subsidiária Comgás

A subsidiária Comgás recebeu, em janeiro de 2023, despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) não homologando compensações realizadas com saldos credores de IRPJ e CSLL. Em virtude das compensações não homologadas, a RFB lavrou autos de infração para cobrança da multa isolada de 50%, também recebidos em janeiro de 2023 pela subsidiária. A chance de perda de tais cobranças está classificada como possível pelos assessores legais (para maiores informação vide nota 12. a).

21.2 Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Administração em conjunto com as suas subsidiárias revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

21.3 Devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores nas subsidiárias Comgás e Gás Brasiliano.

Em janeiro de 2023 a ARSESP realizou audiência pública, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes das subsidiárias, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade para além das contribuições escritas, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão. São mecanismos de participação social, de caráter preliminar e consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto que ainda será aprofundado e analisado no decorrer do processo decisório pela autoridade pública. A agência reguladora, na proposta preliminar, apresentou a concepção do tema a partir de uma possível devolução integral e difusa para todos os usuários. No âmbito da Consulta Pública, as subsidiárias e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o referido período de análise. Dessa forma, até que se concluam as análises por parte da agência reguladora dessas contribuições, o tema segue sob estudo e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras.

21.4 Revisão tarifaria AGERGS

Durante o exercício de 2022 a subsidiária Sulgás passou pelo primeiro processo de revisão tarifária junto a AGERGS, que passou, entre outras, pelas etapas de Consulta e Audiência Pública. Esse processo iniciou-se no mês de janeiro e foi finalizado no mês de dezembro de 2022. Na conclusão deste processo, a AGERGS reconheceu o direito à subsidiária quanto a retroatividade da aplicação da tarifa (período de 2022 que ficou sem cobertura da margem aprovada pela agência), recomendando que eventuais diferenças sejam compensadas na revisão tarifária de 2023. Durante este processo de revisão, a Companhia efetuou os cálculos e demonstrou os valores a serem repassados ao cliente, junto a AGERGS. Concluiu-se que o montante a ser repassado, a partir de janeiro de 2023, referente ao período de abril a novembro/ de 2022, período descoberto pelo processo de revisão tarifária, é de R$ 42.019.